

RECURSO ESPECIAL Nº 1.236.860 - MG (2011/0027993-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : VR3 EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
ADVOGADO : CID FLAQUER SCARTEZZINI FILHO E OUTRO(S) - SP101970
RECORRIDO : ANTÔNIO MARTINS BORGES E OUTRO
ADVOGADOS : JOSÉ DE MAGALHÃES BARROSO E OUTRO(S) - DF000796
VALTER BUENO FONTE BOA E OUTRO(S) - MG020269

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ, fl. 930):

ACÇÃO DEMARCATORIA PARCIAL. PRESSUPOSTOS DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA. CITAÇÃO DOS CONFRONTANTES À LINHA DEMARCANDA. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. CONFUSÃO DE LIMITES. INCONGRUÊNCIA ENTRE A REALIDADE FÁTICA E OS TÍTULOS DE PROPRIEDADE. A verificação do cumprimento dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo não são alcançados pelos efeitos da preclusão, forte no art. 267, §3º, do Código de Processo Civil, cabendo sua análise, até mesmo de ofício, pelo Tribunal 'ad quem'. Em sede de ação demarcatória parcial, faz-se necessária apenas a citação dos confinantes da linha demarcanda e não de todos os confinantes do imóvel, não havendo que se decretar a nulidade do feito apenas pelo fato de não ter havido citação dos demais vizinhos do imóvel, quando estes sequer têm interesse na resolução do litígio. O substituto processual recebe o processo no estado em que se encontra, suportando os efeitos dos atos até então praticados pelo sucedido, não lhe sendo permitido reavivar questões já alcançadas pela preclusão. "Se a linha divisória existente não corresponde aos títulos e não há outros limites, devidamente definidos no terreno, cabível a demarcatória. A reivindicatória supõe perfeita individuação da coisa, e para tanto é adequado o pedido de demarcar" (REsp. nº 3.193 -PR). No caso de títulos dominiais divergentes ou conflitantes, caberá ao Juízo verificar a validade e eficácia de ambos e, no caso de um deles ser nulo ou ineficaz, a demarcação deverá ser feita com base no título bom, desprezando-se o viciado.

Opostos os embargos de declaração, estes foram rejeitados (e-STJ, fl. 997/1002), tendo o Tribunal recorrido entendido que inexistiam vícios a serem corrigidos no acórdão embargado.

Nas razões do recurso (e-STJ, fls. 1005/1041), o recorrente aponta violação dos seguintes dispositivos legais:

(I) arts. 128 e 460 do CPC/1973, "bem como direta ofensa ao artigo 5º, LIV e LV da Constituição Federal, conjuntamente com os princípios constitucionais por eles veiculados, quais sejam, devido processo legal, ampla defesa e do contraditório, pelo que deve ser anulado o v. acórdão e a r. sentença por ele confirmada" (e-STJ, fl. 1023),

(II) art. 125 do CPC/1973 conjuntamente com o art. 5º, *caput*, e 3º, IV, da CF,

sob a alegação de que o Juízo de origem não teria observado o dever de tratamento igualitário às partes, uma vez que reconheceu, em favor dos recorridos, a nulidade do aludido procedimento administrativo, sem ter dado ao recorrente a oportunidade de se manifestar previamente sobre a questão.

(III) arts. 9º, II, 214 e 947 do CPC/1973, sob o argumento de que, não tendo os litisconsortes passivos necessários, devidamente citados, comparecido aos autos para apresentar contestação, deveria ter sido nomeado curador especial pelo Juízo de origem, o que não ocorreu.

(IV) arts. 282, 267, I, e 295, I, parágrafo único, do CPC/1973, afirmando ser inepta a petição inicial, ante a ausência de pedido, fato que deveria ter ensejado a extinção do feito sem resolução de mérito.

(V) art. 535, II, do CPC/1973 e do art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, tendo em vista a não correção de omissão apontada em recurso de embargos declaratórios, uma vez que não teriam sido enfrentadas pelo Tribunal as alegadas ofensas aos dispositivos legais acima referidos.

Busca, em suma, seja conhecido e provido o presente recurso para que, diante das ilegalidades apontadas, seja anulado o acórdão, bem como a sentença proferida pelo Juízo de origem.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1080/1094 (e-STJ).

Em decisão de fls. 1132/1133 (e-STJ), foi dado provimento ao agravo interposto contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial, tendo sido determinado o seu regular processamento.

É o relatório.

Decido.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado n. 2 do Plenário do STJ: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

Da violação do art. 535, II, do CPC/1973

Sustenta o recorrente sustenta que o Tribunal recorrido incorreu em negativa de prestação jurisdicional ao se recusar a corrigir as omissões apontadas em sede de embargos declaratórios, relacionadas à suposta violação dos dispositivos de lei apontadas no presente recurso especial.

No entanto, as teses expendidas pelo recorrente e o conteúdo normativo de tais dispositivos foram devidamente apreciados pelo Tribunal *a quo*.

Dessa forma, constata-se que a matéria controvertida foi devidamente enfrentada e fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Assim, o

Tribunal de origem não incorreu em omissão. Logo, quanto à alegada afronta ao art. 535 do CPC/1973, não assiste razão a parte recorrente.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotar fundamentação contrária à pretensão da recorrente, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. O acórdão tratou de forma clara a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida, mediante convicção formada do exame feito aos elementos fático-probatórios dos autos, para a solução adotada para o desfecho da lide. Apenas não foi ao encontro da pretensão do recorrente, o que está longe de significar negativa de prestação jurisdicional. (...)

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 535.761/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/3/2016, DJe 15/3/2016.)

Da alegação de violação dos arts. 3º, IV, 5º, caput, LIV e LV, da Constituição Federal

Conforme a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não é viável apreciar em recurso especial a tese de violação de dispositivo constitucional, sob pena de usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. APRECIACÃO PELO STJ. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE DESAFETAÇÃO DO IMÓVEL USUCAPIENDO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. USUCAPIÃO DE BEM PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 83/STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS ERGUIDAS EM IMÓVEL PÚBLICO E DE RETENÇÃO DO BEM. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 83/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. DECISÃO MANTIDA.

1. Ao Superior Tribunal de Justiça não cabe se manifestar sobre supostas violações de dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

(...)

10. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 815.473 – SP, de minha relatoria, julgado em 18/8/2019.)

Da alegação de violação dos arts. 128 e 460 do CPC/1973

No que concerne à alegação de que a sentença seria *extra petita*, tendo em vista a declaração de nulidade de procedimento administrativo de legitimação de terras devolutas, não obstante o fato de não ter havido qualquer questionamento nesse sentido.

No tocante à nulidade do procedimento administrativo em comento, assim se manifestou o Tribunal recorrido:

(...) Argumentou a recorrente que o douto Juízo a quo teria concedido "objeto diverso" daquilo pretendido pelos autores, em decorrência da própria falta de precisão do pedido inicial. Alegou, ainda, que o d. Juízo Sentenciante se enveredou em questões para as quais não foi expressamente provocado, especialmente, no tocante à nulidade do processo administrativo noticiado nos autos, apontando que a pretensão de anulação daquele procedimento está prescrita. Quanto ao primeiro argumento, registro que não merece a pecha de *extra petita* a sentença que apenas acolhe os fundamentos dos autores e julga procedente o pedido exordial, determinando a demarcação das terras de propriedade das partes. Quanto ao segundo fundamento, também não assiste razão à recorrente. Isso porque, quando a matéria foi submetida à apreciação do d. Juízo a quo, o culto Sentenciante apenas cuidou de analisar minuciosamente os fatos constantes nos autos, aplicando o direito cabível na hipótese, dentro dos limites estatuídos na peça de ingresso e conforme as provas documentais já existentes nos autos. Forte no Art. 469, I, do Código de Processo Civil, entendo que a menção aos fatos ocorridos no âmbito do processo administrativo serviu, tão-somente, para a formação da convicção do Julgador acerca da procedência do pedido demarcatório, tendo este esclarecido que a prova pericial contida nos autos prevalecia sobre qualquer outro procedimento cognitivo. Nada mais. Nesse ponto, cabe destacar que nada restou "decido" no dispositivo sentencial. Conforta-me saber que, em situação semelhante, assim se manifestou, recentemente, o augusto SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: "Inexiste julgamento *extra petita* quando a apreciação do recurso estiver em consonância com os fatos apresentados em juízo, adstringindo-se o julgador aos limites do pedido. Note-se que 'cabe exclusivamente ao julgador a aplicação do direito à espécie, fixando as consequências jurídicas diante dos fatos narrados pelas partes consoante os brocardos da *mihi factum dabo tibi ius e jura novit curia*' (EDcl no REsp nº 472.533/MS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, DJ de 26.9.2005)". (REsp 817983/BA, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ 28.08.2006 p. 297). Isto posto, rejeito a preliminar de sentença *extra petita*.

Como se vê, o Tribunal recorrido, seguindo a orientação firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, entendeu não ser *extra petita* a sentença que em sua fundamentação analisou a legalidade de processo administrativo relacionado com a pretensão formulada na petição inicial.

Ultrapassar as conclusões do acórdão impugnado para acolher a irrisignação do recorrente demandaria o reexame da matéria fático-probatória, inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

Da alegação de ofensa aos arts. 125 do CPC/1973

Quanto à alegação de que teria havido violação do dever de tratamento igualitário às partes, uma vez que a sentença reconheceu a nulidade do aludido procedimento administrativo, sem ter dado ao recorrente a oportunidade de se manifestar previamente sobre a questão, convém registrar a deficiência de fundamentação do recurso especial, tendo em vista que a argumentação expendida pelo recorrente refere-se, na verdade, a suposto cerceamento de defesa, e não, à quebra do dever processual previsto no artigo de lei apontado como violado, o que atrai a incidência da Súmula STF n. 284.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA OFENSA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. SÚMULA N. 211 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC/1973, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não teria sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.
2. Não ofende a coisa julgada acórdão que observa os regramentos contidos em decisão transitada em julgado.
3. Incide a Súmula n. 284 do STF quando a fundamentação recursal alega violação de dispositivo legal cujo conteúdo jurídico é dissociado da tese defendida no recurso especial.
4. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema respectivo tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento. Incidência da Súmula n. 211/STJ.
5. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.
6. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige a demonstração da divergência, mediante a indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, nos moldes exigidos pelos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC.
7. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 818.546 / MT, de minha relatoria, DJe 14/10/2019.)

Da alegação de ofensa aos arts. 9º, II; 214 e 947 do CPC/1973

Em relação à alegação de que seria nulo o processo em razão da não nomeação de curador especial aos confinantes citados por edital, assim se manifestou o Tribunal de origem:

(...) Da mesma forma, falece razão à recorrente ao pleitear a nulidade do feito, tão-somente, por não ter sido nomeado curador especial aos confinantes citados por edital, alegando descumprimento do disposto no Art. 9, II, do Código de Processo Civil. Pelos mesmos fundamentos já expostos alhures, a anulação do feito, apenas por tal motivo, é medida despiciente, não condizente também com os princípios da instrumentalidade e efetividade processuais, uma vez que não há para aqueles que foram citados por edital nenhum interesse no julgamento da presente ação demarcatória. Não se trata, pois, de hipótese de litisconsórcio necessário (Art. 47 do Código de Processo Civil), no qual a solução da lide deveria ser uniforme para todos os confinantes. Repita-se, sob risco de redundância, que apenas o terreno da empresa -apelante é confrontante com a linha demarcanda, razão pela qual a decisão somente a ela atinge, fazendo-se desnecessária a participação de quaisquer outros confinantes do imóvel. Também não vislumbro para a recorrente nenhum prejuízo pela falta de nomeação de curador especial aos citados por edital. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA assim decidiu, em hipótese semelhante: "A falta de citação da co-ré, em hipótese que não é de litisconsórcio necessário, poderia por ela ser argüida, para afastar de sua a eficácia da decisão. Não, entretanto, pelo co-réu, a quem a falta não causou qualquer prejuízo" (EDcI no REsp 38171/SP; Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, DJ 21.03.1994, p. 5482) Isto posto, também rejeito a preliminar (...)

No presente caso, entendeu o TJMG não ter sido demonstrado a ocorrência de prejuízo concreto que justifique a anulação do processo em razão da ausência de curador especial aos confinantes citados por edital.

Quanto a esse ponto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta que "por regra geral do Código de Processo Civil, não se dá valor à nulidade, se dela não resultou prejuízo para as partes" (REsp 449.099/PR, Rel. Ministro. FELIX FISCHER, DJ 28.10.2003), porquanto "o processo contemporâneo, calcado na instrumentalidade e na efetividade, instrumento de realização do justo, não deve abrigar pretensões de manifesto formalismo" (REsp 178.342/RS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, DJ 3.11.1998).

Deve-se ter em vista que "a decretação da nulidade não-cominada exige, além do comprometimento da finalidade do ato (CPC, art. 244), a concreta demonstração do prejuízo (CPC, arts. 249, § 1º, e 250, parágrafo único)" (REsp 790.090/RR, Relatora Ministra DENISE ARRUDA, DJ de 10/9/2007).

Sobre o tema, confira-se ainda recente precedente emanado da Quarta Turma deste egrégio Tribunal Superior:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. CITAÇÃO POR EDITAL. AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL A ALGUNS RÉUS REVÉIS. JULGAMENTO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. RECONHECIMENTO DE NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O reconhecimento da nulidade de atos processuais exige efetiva demonstração de prejuízo suportado pela parte interessada, em respeito ao princípio da instrumentalidade das formas (pas de nullité sans grief).
2. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt nos EDcl no REsp 1.669.058 / TO, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta turma, DJe 11/4/2018.)

Assim, sopesando os princípios do contraditório e da economia processual, a decisão recorrida entendeu não estarem presentes argumentos que justifiquem a declaração de nulidade do feito, não tendo o presente recurso especial trazido qualquer argumento capaz de alterar tal conclusão.

Da alegação de ofensa aos arts. 282, 267, I e 295, I, parágrafo único, do CPC/1973

No tocante à alegação de que seria inepta a petição inicial, ante a ausência de pedido, consta do acórdão recorrido:

(...) No entender da empresa -ré, a petição inicial sequer contém um pedido claro e determinado, o que estaria a levar à extinção do processo sem resolução do mérito, por inépcia da inicial. Registro que, embora não seja um primor, a petição inicial preenche os requisitos do Art. 282 e 283 do Código de Processo Civil, não exigindo a lei o uso de "palavras sacramentais" para tornar apta a exordial. In casu, os autores delimitaram satisfatoriamente o âmbito da pretensão, especialmente, no tocante à demarcação das terras, nos seguintes termos (fl. 03/04): "À vista da dúvida estabelecida sobre o local em

que se localizava aquela cerca destruída, necessário se torna proceder-se judicialmente à demarcação parcial das divisas entre os suplicantes e o confinante Edu Paulinelli de Araújo, de forma a poder restaurar-se a cerca antiga, tornando certos os limites de sua propriedade, o que lhe permite o artigo 569 do C. Civil." Em seguida, pedem, expressamente: "Pedem os peticionários sejam ouvidas, oportunamente, as testemunhas ao final arroladas, requerendo, ainda, o depoimento pessoal dos confrontantes, procedendo-se, também, a uma vistoria no imóvel, para fixação dos pontos indicados nos itens 3/5 desta petição" (grifei). A tal argumento, acrescento não ter havido nenhum prejuízo ao exercício da ampla defesa e do contraditório pelos demandados, não se vislumbrando, portanto, a aventada inépcia da peça vestibular (...).

Como se vê, a Corte de origem rejeitou a preliminar de inépcia da inicial por entender preenchidos os requisitos previstos nos arts. 282 e 283 do CPC/1973, tendo descrevido os fatos e os fundamentos do pedido, possibilitando ao réu exercitar o direito de defesa e do contraditório.

Nesse sentido, a decisão está em consonância com o entendimento desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE AFASTADA. RECONSIDERAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL PERANTE AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. VÍCIO SANÁVEL. INTERESSE DE AGIR. EXISTÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Agravo interno contra decisão da Presidência que não conheceu do agravo em recurso especial, por intempestividade. Reconsideração.
2. O Tribunal de origem concluiu que a petição inicial foi ajuizada com todos os documentos essenciais, permitindo-se a identificação da causa de pedir, do pedido e da fundamentação jurídica, de modo a garantir o exercício da ampla defesa e do contraditório.
3. Nesse sentido, a decisão está em consonância com o entendimento desta Corte Superior de que "não é inepta a inicial que descreve os fatos e os fundamentos do pedido, possibilitando ao réu exercitar o direito de defesa e do contraditório" (AgRg no Ag 1.361.333/PI, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Primeira Turma, DJe de 18.2.2011).
4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça manifesta-se no sentido de que a falta ou deficiência de representação processual nas instâncias ordinárias constitui vício sanável, admitindo-se, portanto, a sua posterior regularização, diante da aplicação conjunta dos arts. 13 e 37 do Código de Processo Civil.
5. A Corte de origem, com base no acervo fático-probatório, concluiu que os autores comprovaram o interesse de agir no tocante ao pedido de prestação de contas formulado perante a inventariante, afastando a pretensão de extinção do feito por carência de ação. A modificação do entendimento firmado, para o fim de se verificar a alegada inexistência do mencionado interesse processual, demandaria reexame de provas.
6. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão estadual atrai, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF. 7. Agravo interno provido. Agravo em recurso especial conhecido para negar provimento ao recurso especial.

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intímem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator